

Econ - Branc

# Lição de realismo

- 3 JUN 1996

A deterioração das finanças públicas, em todos os níveis, chegou a tal ponto que não dá mais para deixar do jeito que está. Colocar ordem na casa — o que exige redução do quadro de funcionários, limitação dos vencimentos e severo controle das despesas públicas — não é mais uma questão ideológica, programática ou partidária: é pura e simplesmente uma questão prática. Se nada for feito nessa direção, o setor público pára.

“Não há outra saída para o Estado”, afirmou o governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, ao justificar o envio, à Assembléia Legislativa de seu Estado, do seu projeto de reforma administrativa. A meta é cortar 10 mil funcionários, ou 14% do total empregado. De preferência, esses cortes resultarão de demissões voluntárias, que o governo vai estimular. Mas, se não houver voluntários suficientes, o governo demitirá por sua própria iniciativa. O que Buaiz quer é acabar com um déficit de R\$ 25 milhões por mês. Só a folha de pessoal, que representa gastos de R\$ 75 milhões mensais, consome 95% de tudo o que o Estado arrecada.

Buaiz não é o único governador a enfrentar esse tipo de problema. Na verdade, praticamente todos os governadores eleitos em 1994 gastaram os 17 meses iniciais de seus mandatos tentando descobrir meios de cortar despesas, sobretudo os gastos com salários do funcionalismo. Em alguns casos, foram feitos cortes brutais. O secretário da Fazenda do governo Mário Covas, Yoshiaki Nakano, tem dito que nenhum Estado fez um ajuste tão grande quanto São Paulo. Se cortar mais, a administração estadual pára.

Os Estados praticamente reduziram a zero os investimentos em melhoria e expansão dos serviços que prestam, ou deveriam prestar, à sociedade, porque não têm dinheiro. Os investimentos estão na estreita faixa

na qual os governadores podem fazer cortes sem ferir a legislação atual. Cortes de investimentos, porém, comprometem a qualidade dos serviços públicos e, mesmo quando profundos, não aliviam significativamente as finanças do governo. O governo paulista, por exemplo, apesar dos cortes citados pelo secretário Nakano, não está conseguindo pagar os serviços de suas dívidas bancárias, cujo saldo cresce de maneira explosiva.

Corta-se o que deveria ser preservado porque onde os cortes seriam mais efetivos eles estão praticamente proibidos. É preciso cortar gastos com o funcionalismo, que pesam exageradamente no total das despesas e continuam a crescer mais depressa do que a arrecadação. Mas o conjunto de garantias com que conta o funcionalismo — estabilidade, vantagens por tempo de serviço, incorporação de adicionais diversos ao vencimento padrão, aposentadoria integral ou até maior do que o salário na ativa, entre outras — impede esses cortes. Os governadores torcem para que o Congresso apresse a votação da reforma administrativa proposta pelo governo federal, porque só assim poderão cortar os gastos com a folha de pessoal.

Enquanto a reforma não vem, governadores como Vitor Buaiz vão fazendo o que podem. A ironia, no caso do governador capixaba, é que as maiores resistências ao seu projeto de reforma administrativa surgirão de dentro de seu próprio partido, o PT, conhecido pela defesa intransigente dos privilégios do funcionalismo público. “Quando se está dentro, se tem outra visão da coisa”, diz Buaiz, para explicar por que, nessa questão, pensa de maneira tão diferente de seu partido. Com a decisão que tomou, o governador Vitor Buaiz mostra que até para alguns membros do PT a passagem pelo governo é uma dura lição de realismo.